



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 04/07/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Boa tarde a todos. Declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública do PL 172/15. Presentes os Srs. Vereadores: Paulo Frange, José Police Neto, Jair Tatto, Jonas Camisa Nova...

**- Gravação incompatível, transcrição prejudicada.**

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Projeto de Lei 172/15, Lei de Zoneamento. Esse projeto, em função de lei, a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Sr. Prefeito, tem a obrigação de encaminhar para a Câmara Municipal de São Paulo. E assim o fez. O projeto está na Câmara para ser discutido, debatido. As pessoas podem acompanhar a audiência através TV Câmara São Paulo, no canal aberto digital 61,4; pela NET, no canal digital 7 e no canal analógico 13; pela internet, no portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Pode também apresentar sugestões através dos computadores que estão na área fora do recinto. Qualquer contribuição é bem-vinda.

Vamos tentar discutir sobre a região da Cidade Ademar e vizinhança. Inicialmente passaremos a palavra aos Srs. Vereadores, em seguida para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Dra. Márcia Petrone. Em seguida o relator fará uma abertura, em seguida passo aos senhores presentes para poderem se manifestar.

Convido o Sr. Cícero Faria, da Subprefeitura da região, para tomar assento à mesa.

Com a palavra Sra. Márcia Petrone.

**A SRA. MARCIA PETRONE** – Boa tarde a todos. Hoje, minha missão é passar um resumo para vocês do material sobre a revisão participativa da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, mais voltado para a Subprefeitura da Cidade Ademar.

Vamos começar pelo papel do Zoneamento na Política Urbana Municipal. Esse papel é o fortalecimento do instrumento como uma ferramenta complementar ao Plano Diretor Estratégico na efetivação do direito à Cidade, pautado em uma visão sistêmica do território e de seus desafios. Os conceitos norteadores são a compreensão estratégica do território

urbano, a participação popular na elaboração e a simplificação da Lei.

O que entendemos por compreensão estratégica do território urbano? Seria o agrupamento das zonas de uma forma articulada enfrentando as desigualdades e as particularidades territoriais como parte de um conjunto necessário para o desenvolvimento estratégico. Nesse caso as zonas foram separadas em três grandes grupos. As zonas de transformação, que vocês podem ver pela cidade inteira e também aqui na Cidade Ademar; as Zonas de Qualificação, cidade toda, e Cidade Ademar. É um plano de fundo de toda a Cidade, e as zonas de preservação que são ainda em locais com vegetação importante, lugares para preservação de água.

Essas três grandes divisões foram subdivididas em zonas de acordo com essa tabela que está marcada aqui. Essa legenda é do mapa de toda a Cidade. Algumas dessas zonas acontecem em Cidade Ademar e, aí, detalharemos melhor, um a um, antes de passarmos para os grandes objetivos.

O segundo princípio é a participação popular na elaboração e é entendido como o fortalecimento do diálogo entre os representantes da sociedade civil e da Prefeitura, garantindo a transformação e, também, a legitimidade dos conceitos estratégicos e das definições.

Esse resumo do processo participativo, que gerou o projeto de lei, é composto por três etapas que foram realizadas pelo Poder Executivo, pela Prefeitura. A primeira etapa consta das oficinas de propostas; a segunda, das audiências públicas e a terceira, os diálogos macrorregionais por subprefeitura. Nesse total, tivemos 8.028 participantes, que apresentaram 7.626 propostas.

O terceiro princípio, que é o da simplificação da lei, pode ser entendido como uma consolidação das matérias de parcelamento, uso e ocupação do solo em uma única lei, capaz de representar, de forma concisa, os instrumentos normativos, facilitando a sua consulta, aplicação e compreensão.

Nesse quadro comparativo, todos podem notar as diferenças principais entre a Lei

13.885/04 e o projeto de lei atual. A primeira é dividida em três partes, 31 livros, da parte II dessa lei. O projeto de lei tem uma única parte. Os mapas eram por subprefeitura, com descrição perimétrica. Agora, passarão a ser um mapa único articulado, sem descrição perimétrica. Os parâmetros de ocupação de zona eram definidos por subprefeitura. Então, eles não eram iguais para a Cidade toda, não eram uniformes, dependiam das peculiaridades locais. Agora, os parâmetros de ocupação da zona serão todos reunidos para a Cidade toda em um mesmo quadro. Quanto à permissão de uso na zona e as condições de instalação de uso, eram ambas definidas em nove quadros. Agora, tanto uma, quanto a outra, serão reunidas cada qual em seu quadro.

Durante todo o processo, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei 13.885, os planos regionais estratégicos das subprefeituras, a Lei de Hospitais, a Lei de Escolas e a Lei de Parcelamento foram revistos. Cinquenta e uma leis foram revogadas e tiveram o seu conteúdo revisado; 629 artigos foram resultantes dessa revisão e o projeto de lei de zoneamento foi consolidado com 156 artigos.

Passaremos para a parte importante - os objetivos: garantir uma moradia digna para quem precisa; orientar o crescimento da Cidade; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; promover o desenvolvimento econômico; incorporar à agenda ambiental o desenvolvimento da Cidade e preservar o patrimônio cultural.

Não é coincidência, isso tudo vem do plano diretor e vocês já devem ter ouvido falar nesses objetivos.

Agora, vamos mostrar um a um os objetivos, como são conseguidos no território, quais são as estratégias e detalhar o que cada um deles significa para todos que tiverem reflexo aqui no território da Subprefeitura de Cidade Ademar.

- A oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

**A SRA. MARCIA PETRONE** - Vamos começar por garantir moradia digna para quem precisa. Manutenção da política habitacional proposta pelo Plano Diretor Estratégico e

um aprofundamento das suas diretrizes, como o aumento da reserva diária para produção de moradia de interesse social em áreas centrais. Isso tem bastante importância para essa região porque alivia a pressão de urbanização de áreas que precisam ser protegidas.

Aqui as Zonas Especiais de Interesse Social de toda a Cidade e em destaque as ZEIS de Cidade Ademar.

Quanto ao outro objetivo, orientar o crescimento da Cidade nas proximidades do transporte público. Há duas estratégias, a primeira é a demarcação dos eixos de estruturação da transformação urbana do Plano Diretor como uma zona eixo de estruturação e transformação urbana e também a zona eixo de estruturação e transformação urbana prevista.

Essa parte não é do Plano Diretor, é a criação de zonas específicas na macroárea de estruturação metropolitana para enfrentar os desafios expostos nesse território estratégico, que são a zona eixo de estruturação e transformação metropolitana. E a zona eixo de estruturação e transformação metropolitana prevista.

Essas zonas de transformação são essas que aparecem no mapa geral da Cidade e esse é o *zoom* em Cidade Ademar. Como podem ver é a Av. Cupecê, Interlagos e o começo da Estrada do Alvarenga.

Quanto a qualificar a vida urbana dos bairros, que seria uma estratégia para aquele tipo de zona que é pano de fundo, ela significa promoção do desenvolvimento econômico dos bairros periféricos, predominantemente residenciais com incentivo ao uso misto e qualificação da inserção urbana dos grandes lotes, com fachada ativa, fruição pública e alargamento de calçada, conceitos que já estavam no Plano Diretor.

Esse é o mapa das zonas de uso misto e das ZEIS, inclusive, as da área ambiental. E esse é o *zoom* na Subprefeitura de Cidade Ademar.

Uma das coisas importantes que aparece desde o Plano Diretor e que agora foi mais detalhada é o tratamento dos lotes. Os lotes foram separados em pequeno, grande e passou a existir o lote máximo, que não existia na 3.885.

Os lotes pequenos foram tratados com incentivos à fruição pública e alargamento de calçada. Já os lotes grandes têm como condicionante a fruição pública, a fachada ativa e a doação de área livre. Para os lotes acima do lote máximo, que são maiores de 15 mil metros quadrados, o loteamento se tornou obrigatório com abertura de viário, doação de área verde e área institucional.

Outras estratégias aparecem destacadas, são a fachada ativa, fruição pública, uso misto e um incentivo para hospitais e escolas com ampliação do coeficiente de aproveitamento máximo em 50%.

Outro objetivo é incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da Cidade. A introdução dos instrumentos que garantam que o processo de produção e transformação da Cidade seja acompanhado de medidas de qualificação ambiental. Isso é conhecido como cota ambiental, que tem por função atenuar as ilhas de calor, melhorar a drenagem e também a proteção da biodiversidade.

Esse diagrama explica uma coisa superimportante que é relacionada à cota ambiental. A 3.885 tratava exclusivamente de permeabilidade como parâmetro ambiental. Agora há um rol de possibilidades de atingir esses três objetivos que acabei de falar. Entre eles a manutenção e plantio de árvores nas áreas particulares, reservatório de retenção, que todo mundo chama de piscininha, utilização de telhados e paredes verdes e de áreas permeáveis dentro dos lotes.

Esse princípio da cota ambiental é aplicado de acordo com esse mapa que tem os perímetros de qualificação ambiental. É outro mapa além do mapa das zonas.

Essas estratégias nesse objetivo foram três. A definição dos tipos de áreas verdes e áreas livres, os parâmetros de uso e ocupação definidos como zona, que não eram antes, eram gerais por tipo de área verde. E o novo regramento para as contrapartidas ambientais, em que são previstas alternativas de contrapartidas ambientais nos casos de implantação de equipamentos sociais em áreas verdes.

Esse daqui é o mapa de sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres de toda Cidade, que é conhecido com a sigla SAPAVEL. Aqui podemos ver mais uma vez como ficou a proposta do PL para o zoneamento de Cidade Ademar em *zoom*.

Antes de terminar, gostaria de fazer três destaques para vocês repararem como os perímetros foram evoluindo ao longo do processo participativo. O primeiro destaque é na região da Praia do Leblon, nas proximidades da Estrada do Alvarenga, ZEPAM 06, na legislação atual. Ao longo do processo participativo essa área foi tendo seu zoneamento ajustado com a realidade local, que é uma das grandes preocupações que tivemos de tirar da clandestinidade uma boa parte da Cidade que estava irregular, marginal e proporcionar cidadania e com isso também regularidade.

Essa proposta manteve a ZEPAM para as áreas que precisam ser preservadas integralmente e incluiu uma zona de produção e desenvolvimento sustentável nas áreas de proteção que podem receber alguma ocupação especial na garagem de ônibus. E ainda reconheceu uma centralidade de bairro, que está entre os pleitos importantes que apareceram durante o processo participativo.

A próxima área é a Usina Piratininga, que também foi objeto de muita discussão. A Usina Piratininga na verdade é o Complexo Piratininga, porque não é só usina, há áreas de escritório, controle de nível da represa e outras coisas. Então esse perímetro teve os limites ajustados para o pleno desenvolvimento das atividades. E isso foi conjugado à questão ambiental. A evolução desse perímetro pode ser visto nessas cinco figuras do mosaico.

O último caso, a centralidade de bairro, Jardim Santa Terezinha, Novo Pantanal. Foi reconhecida a centralidade de bairro ao longo da Estrada do Alvarenga e a expansão desta centralidade para o pleno desenvolvimento da região.

Além disso, houve o reconhecimento das áreas de ZEIS e uma correção de perímetro ambiental da ZEPAM sobre a área de influência dos mananciais.

Sem mais demora, todo o material relacionado a esse assunto, que foi produzido no

processo participativo pode ser encontrado no site [www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br](http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br) e, inclusive, para *download*.

Agradeço a atenção de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Agradeço a Dra. Márcia Petrone pela exposição em nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Quero dizer que vamos nos ater à Lei de Zoneamento, porque há um projeto que o Governo mandou para a Câmara Municipal de São Paulo e marcamos 46 audiências públicas, se for preciso mais iremos fazer.

Isso não vai terminar agora, vai ter continuidade porque na Câmara Municipal estamos fazendo as temáticas todos as segundas-feiras. Na próxima segunda-feira, das 7h às 10h, vamos tratar da lei de ZEIS, habitação popular. Todos estão convidados. É aqui que vocês vão dizer o que querem no bairro, no quarteirão, na rua. Se querem prédio de 20 andares. Se querem casa térrea, comércio, padaria, enfim, o que querem no bairro de vocês.

Vamos ouvir vocês e depois vamos mesclando com os Vereadores que também irão falar. O primeiro inscrito, Sr. Ricardo Gabriel Pinto.

**O SR. RICARDO GABRIEL PINTO** – Boa tarde. Meu nome é Ricardo Gabriel. Sou da Comunidade Buraco do Sapo. Venho aqui por causa de uma grande briga nossa, do Parque dos Búfalos.

Precisamos dessa área como ZEPAM, área verde, totalmente verde. Não pode fazer moradia dentro da represa. Já estamos nessa crise hídrica e essa área deve ser 100% área verde. O esgoto já está caindo na represa. Vamos tratar o que já temos para que os nossos filhos amanhã não sofram mais.

Como vão trazer 15 mil pessoas para uma área como essa que não tem infraestrutura? A Estrada do Alvarenga está saturada, não tem creche, não tem infraestrutura nenhuma.

Outro caso é a Av. Cupecê que será transformada em ZCOR. O problema é que vai



saturar a Av. Yervant Kissajikian. Vai gerar mais transito. Aí o trânsito que já está ruim na Av. Cupecê vai ser transferido para a Av. Yervant Kissajikian, que já não anda. É uma via que tem uma mão para ir e outra para voltar. Já está saturada, aí constroem mais prédios lá e daqui uns cinco anos vai ficar tudo saturado.

Também, do lado da Yervant, o Córrego Zavuvus, outra briga nossa, o córrego da morte. A gestão Kassab retirou muitas famílias das áreas de risco, mas já foi tudo invadido de novo pela gestão do PT que não fiscaliza. A Subprefeitura não fiscaliza nada. Se você for lá uma hora dessas, o cara está invadindo. Você liga para a Guarda e ninguém vai lá.

No Morro dos Macacos mais de 300 invasões. O Kassab tirou tudo. Estava limpo o morro. Chega lá agora, quantas famílias têm naquele morro? Vão esperar acontecer uma tragédia, morrer gente soterrada lá para tomarem providências. Igualzinho acontece no Córrego Zavuvus, com os barracos de madeira. Para quem não conhece a área, vou deixar as fotos.

Ninguém toma providências. Uma licitação que tem três anos. O Kassab deixou a licitação mastigada. Está tudo pronto. É só fazer. E estão invadindo. Quando chegar janeiro, as pessoas vão morrer afogadas. Lá já morreram mais de cinco pessoas afogadas.

Só isso. Graças a Deus. Obrigado. Fiquem com Deus. Bom trabalho. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Padre Marcos Miranda.

**O SR. PADRE MARCOS MIRANDA** – Boa tarde.

Agradeço a oportunidade de termos este ato em nossa região a fim de discutirmos as necessidades básicas daqui e, principalmente, esse repensar da Cidade.

Estamos em uma das zonas mais difíceis. Como padre, já trabalhei em outras regiões e aqui foi o meu maior desafio. Primeiro, quando você olha para outras regiões, temos praças, parques, lugares de concentração, que aqui não temos. O que chamam de praça aqui, em minha casa chamo de minijardim, e ainda conseguem colocar ali brinquedos para que as

crianças possam fazer suas ações, colocando em risco a vida das próprias crianças.

Ainda temos a questão do uso desse solo, as moradias e as invasões. Dizia o irmão anteriormente, a não observação do Poder Público, muitas vezes, com as invasões que aqui acontecem. Vocês estão ao lado de uma grande invasão: barracos e mais barracos construídos da noite para o dia. O Poder Público passa por aqui todos os dias, mas não vê. Por fim, sobra para aquele que vai sofrendo também as demandas disso.

Nós, como Igreja neste lugar, temos a função e o papel social de um desempenho muito grande. São dez creches aqui que estão nas mãos da Igreja Católica. Ou seja, acolhemos as crianças que as outras instituições e a própria Prefeitura deveriam assim fazer. Da mesma forma, o acolhimento dos adolescentes e também o projeto de formação de adolescentes, capacitação para o mercado de trabalho. Temos, aqui, centros que são da Igreja Católica, coisa que deveria estar nas mãos do Poder Público, mas nós temos de cuidar. Só que, ao aumentar a demanda de invasões na região, as pessoas vão procurar quem? Não só a Igreja Católica, mas também as igrejas que aqui estão, para que deem sustento, deem subsídio e atendam aquilo que não é capacidade e competência nossa. Enquanto isso, estamos vendo restringindo, cada vez mais, a ação das igrejas e também a ação e a possibilidade nossa de espaço, de uso físico e uso desse próprio território.

Por isso, hoje, nós, enquanto Igreja Católica, documentamos e fizemos o registro junto ao Projeto de Lei 172/15, acerca do parcelamento, uso e ocupação do solo para uma alteração naquilo que temos, dentre tantas coisas, a utilização do termo de “local de eventos”, “local de reuniões”, para “locais de culto”, não só priorizando o catolicismo, mas priorizando todos aqueles que realizam reuniões religiosas, seja umbanda, candomblé, evangélicos, assembleias ou não. O que importa é diferenciar o espaço de cada um desses. Dentre as diferenciações, também a ampliação do espaço nas medidas, que temos aqui, de uso. Temos 100 lugares, 500 lugares, ampliando isso para 250, 750 e mais.

Então, queremos deixar registrada essa notificação, como católicos e também

como membros desta comunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, Padre.

Tem a palavra o Sr. Guilherme.

**O SR. GUILHERME** – Boa noite. Meu nome é Guilherme. Sou de uma ONG chamada Minha Sampa e o nosso pedido é ZEPAM na área inteira, de um milhão de metros quadrados do Parque dos Búfalos.

No final de 2013 o Sr. Fernando Haddad revogou o decreto de utilidade pública de uma área de quase um milhão de metros quadrados nas margens da Represa Billings. Isso equivale a 104 campos de futebol. Para se ter uma ideia, não foi terminada a compensação do Rodoanel Sul e essa área poderia ser um parque estadual ou um parque municipal, e não é. esse decreto era um dos requisitos para a criação do Parque dos Búfalos – a maioria dos Vereadores conhece e já recebeu mais de 4 mil e-mails, de 4 mil pessoas, pedindo essa área inteira verde. É uma demanda de 70 mil habitantes do Jardim Apurá, na zona Sul, área pobre de São Paulo, em que há uma carência de espaços verdes. Sem esse decreto, abriu-se caminho para a Prefeitura, com os Governos Estadual e Federal, construir 193 prédios, 3.800 apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. A demanda por moradias, evidentemente, é muito legítima, é importante e é uma defesa, mas a escolha do Parque dos Búfalos para esse projeto trará graves problemas para toda a Cidade, e não só para essa região. São mais de 70 mil pessoas que podem perder esse espaço de qualidade de vida, em uma região carente de espaço verde e de cultura. O parque mais próximo é o Parque Ibirapuera, que está a 20 km ou o Parque Fontes do Ipiranga. Isso pode, ou vai, destruir uma das poucas áreas verdes de Mata Atlântica que ainda resistem na Cidade; prejudica a represa que abastece a Cidade, em meio a maior crise de água já vivida em São Paulo. São 190 prédios perfurando o lençol freático, com suas obras de fundação. As chances de matar 18 nascentes é muito grande. Podem chegar ali 20 mil pessoas, em uma região já com grande adensamento. Já existe problema de infraestrutura, escassez de serviços públicos. Já

indicamos outras seis áreas na mesma região que poderiam ser ZEIS e que estão mais adequadas a receber esse impacto.

Então, defendemos a construção de moradias populares que, realmente, atendam os interesses da população e não a escolha de uma construtora contratada. Para se ter uma ideia, essa construtora doou 70 mil para o Secretário Bruno Covas, oficialmente – foi ele que deu a licença pela Cetesb; doou mais 500 mil reais para a campanha da Dilma e 500 mil reais para a campanha do Aécio. A mesma construtora que ganhará o dinheiro, que construirá essas habitações que serão colocadas aqui.

O Movimento do Parque dos Búfalos sugeriu à Prefeitura que as habitações fossem construídas em outros seis terrenos, mas somos solenemente ignorados pela Prefeitura. Inclusive, a Prefeitura fez uma ata, em uma audiência realizada aqui, mentindo na ata, dizendo que 80% das pessoas aprovava a construção dos prédios – o que não é verdade. Neste auditório, havia metade defendendo uma coisa e a outra.

Agradeço a participação. Queremos ZEPAM nesta área. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado.

Registro a presença dos nobres Vereadores Ricardo Nunes e Andrea Matarazzo.

Tem a palavra o Subprefeito de Cidade Ademar, Sr. Cícero Farias.

**O SR. CÍCERO FARIAS** – Boa tarde. Agradeço a presença de todos.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do nobre Vereador Gilson Barreto.

Quando as demandas chegam à Subprefeitura, sempre procuramos ser rápidos e resolvermos da melhor forma possível. Demandas, como o Sr. Ricardo colocou aqui, do Zavuvus, do Condomínio Espanha e das invasões não dependem somente de nossa Subprefeitura. Na realidade, hoje somos mais uma zeladoria. Essas demandas dependem de outros órgãos. Por isso que, muitas vezes, há a demora na tomada de ações.

No Morro dos Macacos, todo mês fazemos um trabalho para a retirada de famílias. Porém, não temos efetivo suficiente, nem a Guarda tem condições de fiscalizar o tempo todo.

Então, sempre que possível, retiramos as famílias. Infelizmente, vivemos numa região densamente habitada, o que dificulta muito o trabalho, mas estamos sempre à disposição e a Prefeitura tem trabalhado muito nesse sentido.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.**

Registro a presença da Sra. Priscila, Assessora do nobre Deputado Estadual Ênio Tatto e dos Srs. Edson de Moraes Bueno, Assessor Parlamentar do nobre Vereador Natalini; Tarcísio Souza Pereira, da Companhia de Engenharia de Tráfego. Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

**O SR. JAIR TATTO – Boa tarde a todos e a todas.**

Saúdo especialmente a Comissão de Política Urbana, representada e presidida pelo nobre Vereador Gilson Barreto; o nobre Vereador Paulo Frange, que tem a tarefa de ser o relator dessa Lei de Zoneamento; nobre Vereador José Police Neto; nobre Vereador Jonas Camisa Nova; nobre Vereador Ricardo Nunes e nobre Vereador Andrea Matarazzo.

Moro há 3 km do Rodoanel e não posso pegar o Rodoanel! Tenho de ir para Taboão da Serra, ou vir para cá, pegar a Anchieta para entrar no Rodoanel. Vocês que entendem mais que eu, devem se lembrar que, na época, houve um acordo, inclusive com o Ministério Público, no sentido de que para a construção do Rodoanel o combinado seria de que não tivesse alça de acesso. O que estou querendo dizer é que as compensações e as negociações para o desenvolvimento sustentável para a maior obra viária do País, dentro de um território urbano, exigiram um grande acordo e uma grande negociação.

Um dia, disse para o nobre Vereador Paulo Frange o seguinte: na cidade de São Paulo é melhor tudo em todo lugar, de maneira desorganizada, ou é melhor um pouco de tudo, de maneira organizada? Debate não é o problema. O Plano Diretor teve 56 debates, 56 audiências públicas. Aqui, vocês já têm comprometidas 46 audiências públicas, e terão muito

mais, porque todas que forem pedidas serão feitas. Então, não tenho dificuldades em dizer que tudo que acontece na cidade de São Paulo hoje, como foi o Plano Diretor, como será a Lei de Zoneamento, terá um amplo debate com a sociedade.

Agora, quero aqui um parque de 600 mil metros quadrados, o que dá 1/3 do Ibirapuera. Aqui não tem, mas quero que tenha. Quando fizeram o Rodoanel, eu dizia o seguinte, que a capacidade e fiscalização de toda aquela mata, com a ida do Rodoanel aumentaria. Moro em uma região em que, na época em que não havia um helicóptero para rodar - e o SOS Mananciais foi criado no Governo de Luíza Erundina – a ocupação se dava de uma maneira totalmente desorganizada. Com a passagem do Rodoanel, abre-se não só uma estrutura viária, como também se abre o caminho para uma melhor fiscalização daquela região. Então, quando falo do Parque dos Búfalos – e ninguém aqui está pedindo para tirar nenhuma mina de água – digo que quero uma creche a mais aqui, quero uma EMEI, uma EMEF, quero um Centro de Referência da Mulher e um parque de 600 mil metros quadrados, que só será para valer se houver as moradias populares. Polo gerador de tráfego também está no projeto. Ninguém aqui é louco de fazer projeto sem se preocupar com a população que passa ali.

Só para finalizar, quero que digam quais são as seis áreas propostas, nesta audiência pública. Quero que vocês nos digam quais são as áreas, qual a metragem, quantas moradias cabem e que lá também poderá passar carro à vontade, sem prejudicar o trânsito. Quero ouvir, nesta audiência, isso aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Edson de Moraes Bueno.

**O SR. EDSON DE MORAIS BUENO** – Boa tarde a todos e a todas.

Saúdo os nobres Vereadores presentes, na pessoa do nobre Vereador Gilson Barreto; o Chefe de Gabinete da Subprefeitura, que está Subprefeito no momento; a representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a todos os presentes.

Sou da Assessoria do nobre Vereador Gilberto Natalini. O nobre Vereador foi para Cangaíba, pela manhã, no atendimento voluntariado médico que S.Exa. faz lá. Um paciente não estava bem e S.Exa. teve de seguir com o paciente para o hospital. S. Exa. está vindo para cá.

Enfim, Srs. Vereadores, queria colocar o seguinte: V.Exas. têm participado das audiências públicas do zoneamento e também do Câmara No Seu Bairro. São várias as demandas que a Cidade tem colocado.

As principais delas são as questões de saúde, vagas em creche e habitação. Uma das pendengas que temos hoje na Cidade Ademar é quanto ao Parque dos Búfalos e o Residencial Espanha.

Uma questão de outro nível é a segurança, que está sendo muito abordada nas reuniões que estamos tendo na Cidade.

Neste momento de crise hídrica, é importante frisar o seguinte: esta crise não é culpa apenas de um governo que está, no momento, de plantão e, também, não será culpa do próximo governo, pois essa crise se estenderá por muito tempo. Independentemente do partido, muitos responderão por ela.

Quanto a defesa do Parque dos Búfalos, se faz justamente por conta da crise hídrica. Hoje, estamos ao lado de uma das caixas d'água da cidade de São Paulo.

Na sua campanha, o Sr. Prefeito prometeu 55 mil habitações. Estamos com dois anos e meio de governo, foram entregues, aproximadamente, 3 mil; no próximo ano, deverá ser entregue 15 mil, mas não deverá entregar o total.

Devido à sua incapacidade administrativa, S.Exa. jogou a responsabilidade para os Vereadores para que resolvam esse problema.

No dia em que o pessoal foi até a Prefeitura, S.Exa. subiu em cima do caminhão e falou: “Vão à Câmara e apertem os Vereadores. Se eles aprovarem, eu faço”.

Estão aqui vocês, hoje, em frente a essa plateia para decidirem, por exemplo, a

questão do Parque dos Búfalos, se fica parque ou se vira habitação ali.

Como o Vereador Jair disse, ele quer ali creche, EMEI.

Nessa região, nós não demandamos uma creche, mas muito mais, ainda mais com a vinda de 3 mil e 800 apartamentos, aproximadamente, 20 mil pessoas. Então, uma creche não resolverá o problema, Vereador. É, realmente, uma luta grande.

Quero apenas deixar a nossa posição a favor de uma ZEPAM em toda a área do Parque dos Búfalos.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Quero registrar a presença do Sr. Deputado Federal Nilton Tatto, a quem convido para compor a Mesa. Assim como o Sr. Benê Oliveira, representando, neste ato, os Srs. Deputado Federal Alexandre Leite e o Deputado Estadual Milton Leite Filho.

Tem a palavra o Sr. Erasmo Alves da Silva.

**O SR. ERASMO ALVES DA SILVA** – Boa tarde.

Pessoal, eu precisaria de três horas, um ano, 46 anos de minha vida para dizer o que quero falar. É difícil porque há pouca gente aqui. É assim que queremos resolver as coisas?

Não estou puxando o saco. Eles estão aqui porque é obrigação deles.

Quando vocês tiveram isso aqui? Nunca. Então, aproveitem o momento e saibam cobrar. Esse pessoal está aqui, cumprindo a obrigação deles. Quero que estejam aqui sempre.

Cobrem direito, gente.

Estou ali em cima, me remoendo porque não estou vendo ninguém cobrar.

Primeiro, não se constrói um terraço sem fazer os alicerces. A bagunça dessa região tem mais de 50 anos. Então, não será vindo aqui, acusando um partido ou outro que iremos resolver. Não venham dar desculpas de que a falta de água é por falta de chuva.

Eu vim andando, e está chovendo. A falta de água ocorre porque são muitos anos



que não sabemos cobrar e por acreditarmos de que a culpa é do baiano que saiu do Nordeste e veio para cá.

Vamos acordar, gente! Não acreditem no que virem na TV. Acredite em quem você conhece e respeita!

Vim aqui, deixei meus filhos em casa. Eu queria ser ouvido e queria saber se alguém de vocês sabe sobre o Corredor da Alvarenga.

Como é que vem falar de infraestrutura para arrumar tudo isso, se não temos como chegar de ônibus ou de carro. Eu vim a pé. Vocês têm que saber quem foi o Vereador que levou 10 mil assinaturas para cancelar o corredor. Isso sabe como? Lendo a informação.

Vocês têm que falar isso para nós.

Infelizmente, se somos analfabetos e não vamos atrás da informação, é ela que tem que vir até nós, através de quem?

Temos que ter padres, os evangélicos, o pessoal da Umbanda, do Candomblé, todos os envolvidos, todas as associações. Em todos os eventos públicos deveria estar escrito: “O Vereador tal fez isso. Você sabia? Então, cobre-o”.

Gente, três minutos é pouco, porque eu queria falar sobre corredor de ônibus, sobre falta de chuva. Cadê a central de tratamento de água aqui? Existem projetos com mais de 30 anos, mas não existe a estação aqui.

Vocês estão sabendo que haverá uma nova licitação para ônibus com *wi-fi* e ar condicionado? Ninguém falou disso. Sabem o por quê? Porque isso é bom para o povo.

Estão falando que não tem água nas piscinas do Morumbi. Alguém mandou jogar a água fora? Não venham com a desculpa de que é reciclável.

A conta de luz aumentou, mas ninguém reclama na TV.

Entendem e vejam como estão sofrendo. Cobrem eles.

Tenho que respeitar o direito do próximo, se quero que respeitem o meu, mas eu tinha tanto para falar. Não temos internet, não tem hospital na região, como querem trazer

infraestrutura, se não temos telecomunicações? Como vou pedir socorro?

Para finalizar, peço perdão, porque estourei o tempo. Não gosto de quebrar as regras.

Desculpem-me. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Vereador Andrea Matarazzo, Presidente da Comissão de Administração Pública.

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – Boa tarde a todos.

Quero dar os parabéns para uma região que tem aqui Jonas Camisa Nova, Ricardo Nunes, Jair Tatto, Nilton Tatto, uma região que tem Vereadores locais bastante fortes, que conhecem a região muito mais que eu e, portanto, não vou me estender muito.

Uma das coisas que considero fundamentais e que me surpreendeu não terem terminado é um parque que há seis anos eu comecei, o Parque Sete Campos, que ainda não está devidamente concluído, o que é uma judiação.

É um projeto importante e interessante para a região, no qual haveria um centro cultural, vários campos de futebol, quadras de esporte, enfim, uma série de outras coisas.

Acredito que a questão do Parque dos Búfalos deva ser mais discutida efetivamente, acho que a Prefeitura precisa ouvir mais e discutir. Posso dizer que eu não tenho uma opinião formada, em função de quais problemas que poderiam ser causados pela implantação da habitação naquele lugar.

O que me parece um contrassenso é que o discurso da Prefeitura é sempre para levar a habitação para o centro, para perto dos empregos e das pessoas, e vão continuar levando habitação para um lugar que não tem infraestrutura, que vai ficar longe, além do que, se trata de uma área verde com sete fontes ou oito nascentes.

Como eu disse, não conheço tão bem como vocês que moram aqui ou como os Vereadores da região.

O ponto que considero fundamental, Vereadores Gilson e Paulo Frange, que são o

Relator e o Presidente da Comissão, é a regularização fundiária – sabemos que nessa região é lamentável. Não existe ainda a possibilidade de as pessoas terem a escritura dos seus lotes e, principalmente, sem a regularização fundiária não tem como se trazer atividade econômica para cá, não há como trazer empregos, obrigando as pessoas a fazerem longos deslocamentos todos os dias.

Então, para o desenvolvimento dessa região, acho fundamental pensar na regularização fundiária com uma via rápida e não a passos de tartaruga como os diversos governos que passaram continuam tendo.

Sabemos que é uma área de manancial, mas onde já mora tanta gente. Sabemos que continuarão morando aqui, portanto, o que estiver consolidado é importante, efetivamente, regularizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Agradeço, nobre Vereador.

Tem a palavra o Sr. Vereador Jonas Camisa Nova.

**O SR. JONAS CAMISA NOVA** – Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso Presidente, Vereador Gilson Barreto.

Gostaria de dizer da importância das audiências públicas que estão acontecendo nas subprefeituras, nas regiões, que é a oportunidade que vocês têm para debater os problemas da região.

Vou falar sobre um assunto que eu não gostaria, mas vou tecer um pequeno comentário.

Estive no CDHU para ver a proposta do Parque dos Búfalos, o projeto. Realmente, existem lá 18 minas, que vão ser preservadas.

Sobre tudo o que analisei e conversei com o Sr. Secretário Rodrigo Garcia, o que considerei mais importante é que nós pagamos naquela região 10 milhões por mês de Bolsa

Aluguel. Então, nós não conseguimos investir mais em habitação na nossa região devido à Bolsa Aluguel.

Perguntei a ele se essas pessoas que viriam para o Parque dos Búfalos seriam de fora. Ele garantiu que 100% das pessoas são da própria região de Pedreira e do entorno.

Pessoal, podemos marcar, também, uma audiência no CDHU para vocês verem. Estou passando para vocês os dados que levantei, pois fui ver a fundo. Vi a folha em que pagam 10 milhões de Bolsa Aluguel e não posso negar. Como disse o Vereador Andrea, podemos nos aprofundar nessa discussão.

Vocês estão de parabéns pelo exemplo de cidadania. Quem quer o melhor para a sua região são vocês.

Parabéns ao Cícero, pela sua administração. Sabemos que faltam recursos, mas estamos na Câmara brigando para ver se os aumentamos nas áreas mais problemáticas.

Boa tarde a todos e boa sorte! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado, Vereador Jonas Camisa Nova.

Tem a palavra o Sr. Daniel Tomás Firmino, do Parque dos Búfalos.

**O SR. DANIEL TOMÁS FIRMINO** – Boa tarde a todos.

Moro no bairro há 38 anos, a bem dizer, nascido e criado aqui, na região de Santa Amélia, Jardim Apurá, Eldorado. Conheço tudo.

Como o Vereador Tatto falou do Parque. Vocês já foram ao Parque? Já deram uma volta por lá, para verem a área que vocês vão destruir?

Lá, não tem nada. Só tem árvores e espaços para lazer. Vocês podem ir aos finais de semana, e as famílias estão lá. Não há banco para sentar nem nada, mas as pessoas ficam lá curtindo o parque, famílias inteiras. Tenho fotos aqui no meu celular.

Como é que vocês falam de um projeto... O que vocês fizeram pela nossa região? Moro há 38 anos aqui dentro. Nunca teve nada. Não tem áreas de lazer. Fizeram uma quadra no bairro depois de 20 anos. Vão lá ver. Está caindo aos pedaços, com a tela podre, caindo

ferrugens, ao lado do Posto de Saúde. Foi isso que fizeram no nosso bairro do Jardim Apurá, porque não tem mais nada feito pela Prefeitura lá. É um bairro esquecido.

Agora, chegam do nada, dizendo que vão fazer um monte de casas na nossa área de lazer? Pensem em nós. Pensem num parque para nós? Cadê as creches e as escolas? Fizeram um projeto de uma escola – eu tinha 7 anos –, e esse projeto nunca saiu.

Vocês falaram: “Só faz parque, se tiver casa”. Não é assim. Vocês não pensam na população. Não foram conversar conosco. Não foram caminhar conosco, para verem o que querem destruir.

A represa está aí cheia de esgoto. Não há nada de saneamento. Desçam conosco e verão que há uma caixa da Sabesp, e o esgoto saindo do outro lado. Todos que moram aqui sabem disso. É complicado.

Não estou aqui para criticar vocês. Vocês têm seus projetos, mas acho que, antes de destruir, vamos conosco lá, nos acompanhem, peguem um domingo cedo ou à tarde e venham caminhar conosco. Vamos ver a região. Ninguém viu a região.

Temos só uma saída no Jardim Apurá. A Alvarenga para. Eu gostaria que quando vocês saíssem daqui a Alvarenga estivesse parada, porque, no sábado passado, às 19h, nós não saíamos daqui. Ficariam aí parados e veriam o quanto sofremos aqui. Somos esquecidos.

Não adianta falar que a Prefeitura faz por nós no bairro, porque não faz. Somos esquecidos. Só somos lembrados quando tem política. (Palmas)

Não estou aqui para criticar ninguém. Sou em defesa e apoio às moradias, mas vamos fazê-las no lugar certo. Quantos prédios da Prefeitura estão desativados? Por que ela não os usa para fazer casas e moradias? (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado.

O próximo orador é o Sr. Wesley Rosa, do Parque dos Búfalos.

**O SR. WESLEY ROSA** – Por favor, Vereador Jair Tatto, anote os endereços dos terrenos: Avenida Flugiuan, s/nº. É uma ZEI, demarcada pelo Plano Diretor, dentro de Cidade

Ademar, e está vazia. Não finge, não. Anote ai porque quero que você vá lá ver. O outro terreno fica na Avenida Alda, s/nº, um terreno vazio, onde cabem 520 unidades onde cabem 520 unidades. No terreno da Flugiuan cabem 1.112 unidades habitacionais. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Permita-me. Gente, estamos numa audiência pública da Lei do Zoneamento, e isso que está sendo colocado é importante. Não é o Vereador Jair Tatto que vai definir. O projeto está na Câmara Municipal, sob a responsabilidade dos 55 Vereadores. Somos, principalmente os integrantes da Comissão de Política, eu e o Relator, árbitros no momento. Sou originário de comunidade também. Sabemos as questões e os problemas de cada lugar, e é muito importante, valioso, isso que vocês estão falando. Então tem bastante pessoas do Parque do Búfalo falando, e eu não vou aqui separar – um já falou, outro não vai falar; não, aqui todo mundo vai ter direito. Agora, desculpe, quero retome o seu tempo a partir do zero.

**O SR. WESLEY ROSA** – Desculpe pelo nervosismo. É que tem Vereadores, representantes políticos, que acham que a população é simplesmente trouxa, que a população não entende nada. Vem aqui para plantar um monte de ideias absurdas na cabeça de vocês, que os mesmos não conseguem cumprir.

No final do ano passado, o Vereador Jair Tatto e o Deputado Ênio estiveram no bairro do Jardim Japurá, uma semana antes das eleições, asfaltando ruas. Isso é uma denúncia. Sabemos que na Rua Salvador Dali, na altura do 1.100, asfaltaram ruas nas áreas de mananciais, algo que não pode, que esse asfaltamento deveria ser acompanhado de um projeto, e as ruas deveriam ser permeáveis. Isso não aconteceu. Você vai lá hoje e está tudo asfaltado.

Então esses políticos que querem só tirar o seu voto em época de eleição, vêm aqui e falam o que querem, e vocês saem com um monte de coisas na cabeça, um monte de esperanças, sendo que não é verdade. O projeto Residencial Espanha, que querem construir no Parque dos Búfalos, não apresentou laudos técnicos e ambientais, não apresentaram

laudos de impacto de vizinhança. Então, quem vai ficar aqui vai sofrer. Só vocês é que vão saber. São 20 mil pessoas, o que representa cerca de oito mil carros a mais, cerca de 600 a mais por hora tomando condução. Fora o que já sofremos para pegar condução, são 600 pessoas a mais por hora para tomar condução. Então não tem nem o que falar sobre esse Residencial Espanha antes de fazer estudos de impacto ambiental e também estudos de impacto de vizinhança, Vereador Jair Tatto. Por favor, é só isso que queremos, porque a partir daí vocês vão enxergar o absurdo que vocês vão fazer.

Há 20 anos, desde 1990, no terreno invadido, que mandaram desmatar dentro do Parque dos Búfalos, era para ter uma escola técnica. Você sabia disso? Não foi construída por que é área de manancial. Então, há 20 anos, a gente espera creches e escolas decentes para a região, e isso não acontece. É um absurdo você manter crianças dentro de casas, falando que é creche, porque nessa região as crianças somente são atendidas dessa forma. A creche funciona dentro de uma casa já feita, porque não pode se construir área de lazer, porque é área de manancial, e é preciso estudos de impacto, precisa de um monte de coisas que não estão sendo apresentadas nem para o Residencial Espanha. Então se nunca tivemos creche, se nunca tivemos escola, por que vão fazer esse depósito de pobres, de gente, aqui no Apurá, no Parque dos Búfalos?

A Favela da Fumaça está com reintegração de posse marcada há cinco anos. Sequer esse projeto do Residencial Espanha foi discutido na Favela da Fumaça. Como vocês vêm falar a mim, logo a mim, que pessoas daqui serão atendidas? A última favela feita, que está na legalidade na lei específica da Billings, é a Favela da Fumaça. Então essas são as primeiras pessoas que deveriam ser atendidas e deveriam ser contempladas. E aí se houvesse a necessidade de fazer o Residencial Espanha.

Só mais uma coisinha: o outro terreno fica na Av. Miguel Yunes. É uma ZEIS também. Cabem 3.200 unidades ali. Hoje é um galpão, marcado como ZEIS, e onde hoje cabem 3.200 unidades. É na Miguel Yunes, naquela rua nova do Goulart.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Wesley, esses terrenos, por favor, depois você passa ali no computador, manda digitar?

**O SR. WESLEY ROSA** – Isso já foi protocolado inclusive na Secretaria de Habitação.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Não, aqui na audiência pública. Eu quero que você digite ali no computador. O que você entrou lá é lá, aqui é para a Câmara Municipal de São Paulo.

**O SR. WESLEY ROSA** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Benedito de Oliveira, da Sociedade Amigos do Jardim Miriam.

**O SR. BENEDITO DE OLIVEIRA** – Boa tarde, gente. Boa tarde, senhores Vereadores.

Primeiro eu queria pedir desculpas aos Vereadores, inclusive ao Jair Tatto, que não é só o Jair Tatto, ou só o Ênio Tatto, enfim, qualquer vereador que vem aqui para tentar ajudar a gente. Este município também representa o Vereador Milton Leite, e há 18 anos estou com eles trabalhando por essa região. Não é culpa dos Vereadores, porque aconteceu há 20-30 anos.

O Vereador Jair Tatto sempre foi muito comunitário. É o primeiro mandato dele. E ele conhece a região também, assim como o Ricardo Nunes e esses outros Vereadores que estão aqui.

Primeiro queria pedir aos Srs. Vereadores que peguem essas ZEIS e destrinchem elas para a gente, porque o povão não sabe o que é ZEIS. Eles não entendem, eles não sabem o que pode e o que não pode. Eles pegam isso aqui, compram um 5 por 25 na Apurá – onde o amigo falou que tem 70 mil, e não tem 70 mil pessoas lá – e constrói, e a Prefeitura dá um cacete nele, leve todo o material dele. Por quê? Porque ele não sabe o que acontece, não



sabe o que é ZEPAM, o que é ZEIS, o que é zona mista, o que pode e o que não pode.

Falou-se em terreno para construir, a gente tem, até comprado pela Prefeitura já. Está parado em Atos. É o terreno do Campo da Pedra. Cabem 7.200 unidades lá. Ninguém fala nele. Temos terreno aqui na Steinhausen, atrás da Coperlíder, onde cabem cinco mil casas, mas ninguém fala nele, só falam no Parque dos Búfalos, e fica essa guerra. Já saiu agressão por causa disso. Já saiu pancadaria por causa disso. Tem necessidade disso? Para que isso, gente? A gente mora aqui, a gente se vê todo dia. Estão querendo se matar. Ninguém fala que vão colocar 14 mil pessoas lá, mas vai. Mas estamos precisando de emprego. E desses mesmos ambientalistas que estão falando aqui têm uns quatro ou cinco que estão desempregados, então vão brigar sempre pelo Parque dos Búfalos.

Se trouxerem o progresso para cá, vamos ter emprego. Então precisamos começar a mudar essa mentalidade. Não são os Vereadores que resolvem, eles nos ajudam a resolver, eles dão a ferramenta para que a gente resolva os nossos problemas. O Vereador Andrea, que a gente tem uma amizade ao longo de muito tempo, foi o primeiro cara que trouxe um benefício que ninguém até hoje soube, ele e o Vereador Milton Leite Filho, o Poupatempo da Cidade Ademar. Nós fomos ver uma obra na Norman Gordon, e aí eu vim no carro do então Secretário das Subprefeituras. Chegamos no sacolão, e ele falou: “O que que vamos fazer aqui? Não pode ser pronto-socorro.” Hoje tem um pronto-socorro dentro do córrego, mas naquela época não podia. Então está lá o Poupatempo. Está aí os (Ininteligível) aí, que são sete anos. Acho que mais uns 15 ou 20 anos para terminar. Mas a gente tem que se unir, só isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Vamos ouvir a mensagem do Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Boa tarde a todos. Gosto de falar o nome dos Vereadores quando vão nas audiências, porque se os Vereadores estão aos sábados, isso deve ser sempre lembrado. Estávamos agora de manhã lá na audiência pública do M'Boi Mirim. Todos os Vereadores que estão aqui também estavam lá, mais o Vereador Milton Leite.

O Vereador Jair também. Os Vereadores Andrea Matarazzo, Jonas Camisa Nova, Police, Gilson Barreto, Paulo Frange e o Jair Tato. Cumprimento aqui o Cícero.

Gente, queria tentar colaborar fazendo uma reflexão.

Ano passado, estávamos eu e o Vereador Andrea Matarazzo numa audiência pública neste mesmo local sobre o Plano Diretor. E nessa reunião tinha um grupo grande, do Conjunto Ingaí. E o Andrea Matarazzo falou: “Ricardo, acompanhe eles lá, veja o que que é”. Queriam fazer o terminal lá. Fizemos um levantamento. Teve um comentário bastante forte aqui também sobre a questão da regularização fundiária, que o Andrea Matarazzo falou. E naquele pedacinho do Ingaí todo mundo tem escritura, tem água, tem luz, tem esgoto, tem creche, tem tudo. Falou: “Poxa vida, isso aqui tem tudo, tem toda a infraestrutura. Por que derrubar tudo isso, que está tudo pronto, para pôr um terminal? Vamos dialogar com o Governo para fazer o terminal num outro local, e deixar isso, que já está pronto. Porque seria uma insanidade derrubar tudo”. Então esse é um exemplo de como é importante a participação de vocês, porque as coisas avançam. Então falei com o Prefeito, com o Secretário de Esportes...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Minha comadre, depois a senhora se inscreve para falar. Por favor, vamos deixar ele falar.

**O SR. RICARDO NUNES** – A questão do Parque dos Búfalos. Eu e o Vereador Jonas Camisa Nova fazemos parte da Comissão de Meio Ambiente. Discutimos isso lá. Depois, o Jonas veio com um calhamaço de estudos sobre essa questão lá. Acho que a gente, conversando, sempre vai encontrar o melhor caminho.

Precisamos deixar para as pessoas entenderem a questão de ser estrutural na Cupecê. É importante, porque precisamos trazer emprego para a região. A ideia de você fazer a Cupecê estrutural é para gerar a oportunidade de emprego para as pessoas, que é

superimportante. Vai gerar trânsito, mas você nunca vai fazer uma omelete sem quebrar ovo. Alguma coisa vamos ter que readequar. Se você tem emprego mais perto da região, você não faz as pessoas se locomoverem daqui para o centro. Então precisa avaliar essa questão, que fizemos isso lá no zoneamento, de deixar estrutural na Cupecê, que tem potencial construtivo 4, para atrair investimentos, para atrair geração de emprego para a região, que é muito importante.

Temos falado muito em creche. Tem uma creche lá no Apurá, até mantida pela Igreja Católica. Um dia estávamos lá e chega a fiscalização para multar e fechar a creche porque o zoneamento não permite que a creche esteja lá. Aí corremos lá na Subprefeitura, procuramos o Cícero: “Pelo amor de Deus, fala para o fiscal não fazer isso”. Então essa discussão toda de zoneamento é muito importante. Vamos discutir o que queremos para a Cidade. Quer dizer, vamos poder ter creche na área de mananciais? É lógico que tem que ter. Hoje não pode; temos que corrigir isso aqui, a questão do estrutural. Temos que colocar no zoneamento a parte de área industrial, mesmo sendo área de mananciais, sendo indústria que não polua. Então é uma discussão superimportante, e temos de escutar os dois lados. Ninguém nunca vai sair atendido em tudo de um lado e nem tudo do outro, temos sempre que buscar o caminho do meio. A questão, por exemplo, do Jardim Ingá e do terminal. Alguém comentou ali que não quer. O meu argumento foi o seguinte: se lá tem tudo, vamos derrubar o que está tudo pronto em detrimento de termos um espaço vazio lá perto da Emae para colocar? Então sempre temos que fazer essa discussão.

No mais, quero parabenizar muito vocês, falar dessa questão que o padre Marcos tem colocado, da questão de locais de culto. É superimportante, porque é uma questão muito grave que a gente tem aqui.

Outra questão é a da Guarda Civil Ambiental. Temos feito uma força enorme lá, na Comissão de Meio Ambiente, porque tem que ter a Superintendência Ambiental efetivamente instituída, e tem que ter mais recursos para a Guarda Civil Metropolitana Ambiental, porque é o

grande agente para conter as invasões irregulares. Algumas ações estão sendo feitas. Para vocês terem uma ideia, estava-se pagando 7.200 por mês para aquela camionete da guarda civil ambiental. Fizemos um levantamento, e uma denúncia ao Secretário, e baixou para quatro. Quer dizer, dá quase para dobrar o número de veículos, e isso devido a uma ação de fiscalização da Câmara Municipal com relação ao contrato. Então são atitudes importantes que vão gerar mais condições. Agora, precisamos ver se conseguimos, para este ano e o ano que vem, chamar mais dois mil guardas civis ambientais para trabalhar na guarda, porque isso vai ajudar o Cícero, que sofre. Todo mundo bate nele. No orçamento do qual fui relator, colocamos na Subprefeitura da Cidade Ademar oito milhões a mais do que estava previsto, aí o Governo foi e congelou. Se não tiver o recurso, fica difícil. Tem que ter uma conscientização de todos os vereadores e da sociedade, que as subprefeituras não podem ficar sucateadas como estão. A subprefeitura, se não tiver recurso, não adianta. O coitado vai ficar aqui apanhando. Porque se ele tivesse isso tudo, ele faria, mas não tem. Se quiser um caminhão de pedras para fazer um muro, não tem.

Enfim, não quero me estender mais, apenas reforçar que estamos batalhando. Também quero parabenizar os Vereadores presentes, porque isso é uma demonstração de que estão preocupados com a Cidade. E também parabenizar vocês, que vieram num sábado, e se fizeram é porque estão preocupados com a Cidade de vocês.

Obrigado e boa tarde.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – A Cidade de São Paulo é um país. Comparada ao Uruguai, são 11.513.803 mil habitantes. Desse total 99,1%, vivem em área urbana e apenas 0,9% vivem em áreas rurais. Uma cidade global, onde as maiores companhias do planeta tem

sede aqui. É uma cidade insustentável. Defendemos uma cidade, um estado que vá até os munícipes. Não os munícipes até o Estado e ter seus direitos negados. Digo 48% das indústrias já caíram fora da Cidade de São Paulo por falta de políticas públicas e nessa visão, nas 88 audiências públicas que apresentamos a tese de levar o emprego para os bairros, empresa e indústria para o bairro, levando incentivos, tributos fiscais, que as empresas possam se localizar nos bairros, mas não com uma visão equivocada de muitos para levar o emprego próximo à moradia. Mas com uma visão global e progressista em transformar os bairros da Cidade de São Paulo em verdadeiras cidades. Estudamos os parques de Londres. Londres tem 420 parques, com um impacto ambiental de sustentabilidade. Os parques de Londres, 35% são destinados à habitação de interesse popular e cerca de 14% das áreas são destinadas a área de lazer e o restante parque. Estive acompanhando o movimento do Parque dos Búfalos, mas depois da nossa organização fazer uma pesquisa aqui na região, inclusive vou apurar, em que 88% dos moradores são favoráveis às habitações no Parque dos Búfalos. Defendemos moradia, infraestrutura de lazer, de saúde, correios, bancos e infraestrutura de geração de turismo e 600 quilômetros para instalar o parque no Parque dos Búfalos.

A respeito da represa, a nossa tese apresentada ontem, porque hoje os esgotos residenciais, industriais e comerciais são jogados dentro da represa. Defendemos a construção de um canal sustentável inteligente, para interceptar os esgotos tanto residenciais, industriais e assim fazendo uma usina de tratamento e recuperando a represa.

Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra a Sra. Claudia Maria Alves.

**A SRA. CLAUDIA MARIA ALVES** – Boa tarde. Tenho uma proposta a fazer, mas não tem nada a ver com a questão do zoneamento. São projetos que gostaria de colocar em práticas como, por exemplo: É hora de brincar; Área de lazer. Proposta que gostaria de estar colocando aqui no CEU, um espaço onde pudesse ser aberto, para eu estar colocando. Outro

projeto é Levando o idoso na alegria. Existem muitos idosos abandonados. Então gostaria de ter um ônibus para poder estar levando e trazendo o idoso para passear. Pega em casa e trás de volta. Porque tem muitos idosos que ficam em casa sem fazer nada. Minha mãe, por exemplo, fica em casa sem fazer nada. Então gostaria de estar colocando esse projeto, não só por causa de minha mãe, mas também pensando nos outros. Outro projeto se chama Bola bola, projeto ligado ao esporte. Para colocar esse projeto em prática precisariam de um espaço, como também materiais para estar colocando que são sete bolas. Outro projeto é uma programação de como funciona uma área de lazer: Lá vem talento, seria um espaço aberto para poder estar ajudando as pessoas a mostrar seu talento. Outro projeto: Incentivo artístico, para poder estar arrecadando verbas para nós que somos artistas e não temos verbas para estar levantando nosso projeto. Sou poetiza, faço poesias e para que eu possa fazer um livro de poesias, é um sacrilégio, trabalho como diarista. Ai para eu poder investir na minha arte, é muito difícil. Então esse projeto, de incentivo artístico, seria uma verba que eu iria arrecadar, nós artistas amadores mostrando nossa arte sem remuneração. Projeto esse que gostaria de estar colocando na cultura.

Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra o Sr. Anderson Jeferson.

**O SR. ANDERSON JEFERSON** – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui hoje nessa audiência. Prazer, porque isso aqui é luta de anos. Se houvesse ditadura não estaríamos aqui falando, e nem eu um negro, pobre falando aqui diante os senhores. Muito obrigado por estarem aqui hoje. Moro há 32 anos aqui no Parque Doroteia, não sei se os senhores conhecem, mas se não conhecer, convido a todos a conhecer. Quando criança essa era única área de lazer que tínhamos, a represa. A gente vinha aqui pegava amora, jabuticaba, vinha subia nos pés. Moleque, até meus 16 anos eu fui moleque, e pai aos 15 anos. Aqui foi o lugar onde me tornei homem. Onde aprendi a respeitar, onde fui respeitado, onde vamos a um parque, vemos uma árvore e sentimos a vibração da natureza. Você fala: "Não! Não posso

destruir isso aqui não!” Desde menino. Sei muito que devemos reciclar. Temos de reciclar. Se não reciclarmos o lixo, ele volta. Toda essa área delimitada, tem de ter projetos educativos, social, econômico, reciclagem, projetos que ajudem a população saber o que vem a ser uma Lei de Zoneamento. Precisamos daquela área verde ali. Precisamos por quê? Gostaria que algum dos Srs. Vereadores possam responder. Não estou aqui para criticar nenhum dos senhores, somos acima de tudo isso aqui. Só estão aqui, porque eu votei neles, vocês votaram neles. Não estão aqui à toa. Não quero criticar nenhum dos senhores. É um prazer estar falando com os senhores. Minha critica é no voto. Na próxima eleição se os senhores não trabalharem, não voto em nenhum. Meu voto, meu direito democrático. Quero aqui o Parque dos Búfalos. Área 100% verde com projetos sociais, educativos. Tem de ensinar esse povo que precisamos reciclar, não reciclar na rua, mas dentro de casa: óleo, o papel, o plástico. Nossa critica é na próxima eleição.

---

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra o Sr. Alexandre Vidal.

**O SR. ALEXANDRE VIDAL** – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de me expressar aqui diante dos problemas citados. Vejo que o meu, de certa forma, é pequeno, mas pode ser colocado como inicio do ordenamento de toda a bagunça que passa nossa cidade.

O Sr. Cícero deve conhecer o local o qual me refiro, que é a Rua João Gomes Batista, próxima à Subprefeitura da Cidade Ademar. E lá ocorre algo *sui generis*. Tem uma rua que deve ter, mais ou menos, oito, dez quadras, quando você sobe a Rua Antonio Gil, que é a Rua da Delegacia, entra a direita. As três primeiras quadras pode tudo, as duas ou três seguintes pode, quase tudo, ou nada, e as outras pode tudo de novo. Como todos sabem, vivemos uma carência de empregos e uma dificuldade de locomoção na cidade. Tenho um terreno lá, e qual é minha dificuldade? Não pode fazer qualquer coisa que você queira, de acordo com a Lei de Zoneamento, o que é uma coisa muito correta. Porém, dentro da Lei de Zoneamento existe uma clausula que diz que posso fazer, alugar a área para concertos de

máquinas. Porém os arquitetos e os engenheiros da subprefeitura não quiseram se comprometer em assinar alguma coisa formal dizendo quais máquinas. No meu entendimento uma máquina pode ser desde uma máquina de um relógio até a turbina de um avião a jato. Porém já tentei alugar diversas vezes esse imóvel para oficinas mecânicas que estão há duas quadras do meu terreno e que estão com necessidade de uma área maior e não posso. Porque todas as vezes que começo a fazer alguma coisa desse gênero lá o alvará não sai, e os vizinhos reclamam por qualquer coisa, apesar de estar tudo legalizado. Então existe um problema, nem as pessoas de dentro da própria subprefeitura sabe traduzir o que está escrito na lei. Por exemplo, tem lá a alegação que a via não tem o direito de ser a local, é coletora. Enfim, o que diz para mim o funcionário, é o seguinte: “Como passa um transporte público a 500 metros do perímetro do seu terreno, o senhor não pode fazer isso”. Pergunto: esse transporte público, por acaso, ele pula essas três quadras? Ele vai a 4 mil quilômetros de distância? Não entendo. Isso não é, lógico, um problema direto do Sr. Cícero, mas é um problema que os Srs. Vereadores devem saber para começar organizar essa cidade, deve começar a organizar a lei. Saber exatamente porque um pedaço pode e outro não pode. Porque que uma rua é ampla e outra não é. Na frente do meu terreno tem uma feira. Não entendo. Tem algumas coisas que não são possíveis de ter um entendimento e aí começa toda essa bagunça que eles estão reclamando. Como os senhores podem chegar e solicitar um projeto disso, ou daquilo, ou daquilo outro se não tem um projeto antes de saneamento básico? É necessário que se faça, alguma coisa e a Sabesp é um órgão do Governo e os senhores são da Prefeitura do Município de São Paulo. Como os senhores irão fazer isso aí?

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Boa tarde a todos. Tem uma questão, nos principais debates, que acabou nos mobilizando aqui, que é a proteção integral do Parque dos Búfalos,



ou não. Temos de entender um pouco onde devem começar o primeiro esforço. O primeiro esforço por achar terra, é a terra que esta nas mãos da retenção especulativa. Terra que já tem estrutura, e que há muito tempo não se realiza nela aquilo que a gente fala ser a função social da propriedade. Essa é primeira que temos de buscar para construir as 3.700, 4.000, 5.000, ou as 710 mil unidades que estão projetadas para à necessidade apurada no último senso. Então o primeiro esforço, e aí o Bene, foi preciso dizer, explica para nós o que é essa sopa de letrinhas.

O que é ZEIS, ZEU, Z isso, Z aquilo, tem três conceitos objetivos em todo plano apresentado e a consequência dele, que é a Lei de Zoneamento. As áreas para residências, áreas para atividade econômica, comércio, serviço, indústria e aquilo que permite os dois. Essa é a base o zoneamento. E aí você diz toda área que deve ser protegida e como ela vai dialogar com áreas residenciais, com áreas com atividade econômica, portanto não residências, e aquelas que têm uso misto.

Todas as vezes que se pinta por vinte, trinta vezes o mapa, vai ficando cada vez mais difícil, a Cidade de São Paulo tem mais de 70% do seu zoneamento, ele é misto, depois tem 20% que é específico, onde você tratou especificamente. Aí que começa a nascer o conflito daquilo que é de fato específico e a ZEPAM. O Zoneamento Ambiental é um zoneamento específico, porque carrega um conjunto de restrições para ele oferecer função ambiental para toda cidade. Então todas as vezes que você garante um parque não garante um parque só para amora, jabuticaba, como bem lembrou um dos moradores. Mas uma função ambiental para toda cidade e, portanto, essa relação de guardar terra, em especial aquelas que estão mais próximas dos cursos d'água, para garantir vida para toda a Cidade. Como podemos enfrentar para encontrar essas áreas que têm mais valor porque tem estrutura e que há muito tempo seus proprietários não colocam ela no mercado porque querem faturar mais com o terreno, é esse o terreno que temos de buscar, não é o terreno que está na beira da represa que temos de empurrar a população para lá. Essa parece ser uma questão... (palmas) Para

que? Porque sabemos que pagamos estrutura para muito terreno que não tem ninguém morando, para muito prédio lá no Centro que até hoje também não tem ninguém morando. Aí você começa a dar função para a Cidade. É verdade que podemos acomodar 193 prédios no parque, mas é verdade também que vamos ter de financiar toda infraestrutura para lá, e tem muita área com infraestrutura que podemos levar a população.

Então o debate de localizar melhor os espaços para isso é o que estamos fazendo agora. Cada vez que viemos a uma reunião como essa, a população pode sim nos oferecer áreas passíveis de ocupação para a habitação popular e que pode ser a compensação de áreas que já estão definidas até agora, para essa habitação.

Falo isso porque o esforço que temos de fazer para superar a sopa de letrinhas é dizer: aquela área me parece muito mais parecida com uma área a ser preservada e aquela outra que já tem avenida na frente, creche próxima, me parece uma área que temos de construir habitação e não deixar nas mãos da retenção especulativa.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra o Sr. José Egberto Santos.

**O SR. JOSÉ EGBERTO SANTOS** – Boa tarde a todos. Gostei da fala de um jovem, depois fiquei sabendo que ele é Padre da nossa comunidade. Referiu-se a uma migalha que fizeram aqui na Estrada do Alvarenga para as crianças. Temos o Sete Campos há 30 anos, desde o Ademar de Barros Filho estamos sendo enganados. Mas os Srs. Vereadores que estão todos sentados aí, assinaram a caneta a Praça Roosevelt. Criaram a Praça e derrubaram e daí a reconstruíram com uma verba monstruosa. Quer dizer, essa verba não pode vir para nós porque somos da periferia. Não valem nada, só na hora do voto. E os senhores que estão aí precisam acabar com as famílias que estão dentro da Câmara dos Vereadores. A Câmara dos Vereadores tornou casa de família. Não vou entrar mais nesse mérito.

Quero falar para as Srs. Vereadores a respeito da duplicação da Estrada do Alvarenga, que está sendo uma vergonha. Para construir o Estádio do Corinthians e duplicar a

região da zona Leste conseguiram verba, mas para a Estrada do Alvarenga e a Cardoso Melo Neto não temos verba. Aí os trabalhadores têm de ficar em pé no ônibus, e os ônibus aqui são uma vergonha. Não temos transporte coletivo. A linha 516, trajeto que ia para o Itaim, as pessoas idosos têm de pegar dois ônibus, pega no Guacuri e desce no Primavera para seguir viagem até a Av. Santo Amaro. Veio a Dona Marta e tirou essa linha. Temos a Linha Vergueiro 5791, levamos uma hora esperando esse ônibus. A Linha 5614, Lago São Francisco, é uma vergonha essa linha de ônibus. Temos o projeto Sete Campos. Gostaria de saber como está esse projeto, Está dentro da gaveta? Está engavetado? Infelizmente não temos ouvido nada. Gostaria de falar para os Srs. Vereadores o seguinte: as eleições estão vindo aí. Dizer também para os senhores, que aprendam a ouvir também um pouquinho. Não é só deixar você chegar aqui e falar para a gente só ouvir. Aprendam a ouvir também. Vamos aprender a ouvir. Assim como está escrito na Bíblia, estou embaixo de ordem, vamos aprender a ouvir o povo. O senhor sabe o que é segurança pública? Não temos segurança pública aqui nessa região. Vou falar para os senhores o seguinte: os senhores sabem o que é um revólver na boca com uma criança e uma mulher dentro de um carro, na Rua Cardoso Melo Neto, favela do Pantanal? Alguém de vocês já teve revólver na boca? Eu já tive. Não vou ter medo não. Não vou ficar calado. Agora pergunto: onde está a segurança pública? Onde está a guarda municipal? Os coitados prendem e a Justiça vai e solta. Santo Amaro foi o maior parque industrial d América Latina e eles aqui, olha, mandaram para o Interior.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra o Sr. Aurélio Prates Rodrigues.

**O SR. AURÉLIO PRATES RODRIGUES** – Boa tarde a todos os presentes. Sou morador aqui em Cidade Ademar desde 87, morei em barraco de madeira em São Bernardo do Campo e sei bem como são as coisas. Há algumas pessoas aqui da Comunidade da Fumaça, que são vizinhos aqui do CEU Alvarenga que moram dentro da represa. Como o nobre

Vereador José Police Neto, há uma grande esquizofrenia no zoneamento da Cidade de São Paulo. Exemplo disso você tem: Teatro Ecum, na Rua da Consolação, que vai virar prédio, Parque Augusta que vai virar prédio; Parque dos Búfalos que querem fazer 193 torres; Bartolomeu de Teatro na Barra Funda, que vai virar prédio; Antonio Nóbrega, na Vila Madalena, que vai virar prédio; Ou seja, a especulação imobiliária de fato é quem dita as regras. Quando o prefeito Gato - eu votei nele, mas estou muito decepcionado com ele - quando ele vai escrever alguma coisa, vem uma construtora e diz, assine aqui! Por quê? Há um *site* chamado Meu Congresso que mostra todo o investimento das construtoras nas campanhas. Temos de mudar isso também, e eu vou fazer minha parte contra isso. E aí a Emccamp Incorporadora, que quer construir aqui as 193 torres do Parque dos Búfalos, da um milhão e meio para o PT, 450 diretamente para Sra. Dilma Rousseff, e um milhão e cinquenta para o PT, e aí ela ganha a toque de caixa; uma construtora que está bilionária da noite para o dia, é investigada no Rio de Janeiro por trabalho escravo, por questões ilícitas da campanha do Sergio Cabral. Emccamp Incorporadora, essa mesma empresa, todavia, que vai construir, espero que não, 193 torres em cima de resquícios de Mata Atlântica, mata ciliar da Represa Billings, 18 nascentes, corujas e uma fauna e flora extremamente valiosa. Um companheiro falando aqui do Pantanal, Srs. Vereadores é muito triste, eu aos 35 anos, com um monte de sobrinhos, - toda vez me emociono quando lembro – Jardim Pantanal já foi cativo do ex-prefeito Celso Daniel, da Bancada dos senhores do PT. Por quê? Porque Cidade Ademar, com seus 422 mil habitantes está no topo da vulnerabilidade social. O meu fazer é artístico, estudei licenciatura e bacharelado em dança. Cidade Ademar não dispõe um único equipamento de cultura e o que nos resta de resquícios de Mata Atlântica, 994 mil metros quadrados de área verde, o Parque dos Búfalos, a toque de caixa eles querem passar um rolo compressor. Aí quando o Vereador Tatto diz: “Não! Vamos fazer um parque...” Desculpa-me! O parque já existe. A Mata já existe. As 18 nascentes já existem. É uma região que é uma espoja, em que, por mais que você deixe, você corta o parque ao meio, construa 193 torres, sei lá quantos

metros quadrados ali, é um limite de construção. Não é que vocês vão dar o parque, é uma condição, porque há um limite para construir, aí você vão impermeabilizar a região central e as nascentes vão sofrer. Nós estamos junto com SOS Mata Atlântica fazendo um monitoramento das águas. Queremos uma conversa com o Governo Federal, porque tenho certeza de que a Sra. Dilma Rousseff acredita que o Jardim Apurá é uma Buenos Aires. É uma obra em que tem 200 milhões do Governo Federal, 70 milhões do Governo do Estado, e o Município dá o menor aporte. Meus caros, meu nome é Aurélio, eu tenho uma licença poética onde digo que o “P” de preservação, ele é anterior ao “C” de compensação. Não quero escutar, todavia, de que faremos uma compensação ambiental. Eu Aurélio Prates e o Wesley, e o Dr. Virgílio, advogado ambientalista, estamos sendo ameaçados de morte e processados por plantar árvores no Parque dos Búfalos, e os quatro hectares de árvores que foram dizimados ali, de uma ocupação fantasma, nada aconteceu. Eu estou sendo processado pelo Poder Público por plantar árvores. Vereador Police Neto, o senhor entende a esquizofrenia e sendo ameaçado de morte.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Quero agradecer a Prof<sup>a</sup>. Lucy Guidio, Gestora do CEU Alvarenga, pela cessão do espaço para que pudéssemos nos reunir.

Com a palavra o Deputado Federal Nilton Tatto.

**O SR. NILTON TATTO** – Boa tarde a todos. Cumprimento a cada um dos senhores que vem aqui em um sábado à tarde para discutir. Os senhores estão fazendo isso por toda a Cidade, com isso, mostram também o compromisso dos Srs. Vereadores em vir aqui ouvir, conversar e discutir os rumos da Cidade de São Paulo. Eu fiz questão de vir para cá até pela relação que temos pela região, também me criei na região. E, especificamente no debate que está aqui mais polarizado entre conservação e desenvolvimento, tenho uma história na instituição que eu estava trabalhando até antes de ser candidato, ano passado. Fizemos um estudo muito aprofundado sobre os mananciais da região metropolitana de São Paulo, especificamente Guarapiranga e Billings. Trabalhava, até pouco tempo atrás, no Instituto Sócio

Ambiental. Trago uma questão aqui importante para refletir. Na História do Brasil nunca conseguimos resolver a questão fundiária. Boa parte das pessoas que estão aqui, ou dos pais e avós das pessoas que estão aqui, foram expulsos do campo, justamente porque as terras boas foram sendo incorporadas pelos grandes fazendeiros e os pobres foram expulsos de lá, foram todos para as regiões mais íngremes onde não podia usar equipamentos da tecnologia para cultivar o campo e vieram para a cidade. Chegando na Cidade de São Paulo, a especulação imobiliária empurra os pobres para a periferia, para as regiões, para os lugares mais sensíveis do ponto de vista ambiental, inclusive importante para a Cidade como um todo. Elas foram expulsas do campo, porque não puderam ficar na terra boa para poder plantar e vieram para cá, são expulsas para a periferia onde não têm serviços nem equipamentos públicos. Chegam aqui e são novamente criminalizadas porque não podem chegar os serviços porque é uma área importante para o conjunto da sociedade, inclusive para a humanidade. Então é um desafio que está colocado.

No caso específico do Parque dos Búfalos, como vários outros, é o desafio que está colocado. Então temos de entender, de uma vez por todas, entender que existe um problema grave de moradia, mas também tem um problema grave de pensar a sustentabilidade da cidade, a qualidade de vida das pessoas. E aí precisamos fazer um enfrentamento contra a especulação imobiliária.

É preciso que cada um entenda o papel e a responsabilidade de cada ente político. De repente o Governo Federal é responsável por um empreendimento porque está colocando recursos. Está colocando recursos porque, pela primeira vez na história do país, tem um programa no âmbito federal de moradia popular, algo que nunca tivemos. Mas não é responsabilidade da nossa presidente vir falar que, porque aqui está o empreendimento, ela é responsável. Ela é responsável por liberar os recursos, e quem tem que fazer o projeto é a Prefeitura, ou o Governo do Estado, quando tem parceria.

Queria dizer a vocês que é positiva essa discussão, porque vai chegar a um

denominador comum, e é esse denominar comum que precisa refletir um entendimento sobre como fazer com que a população tenha direito à moradia, tenha direito ao serviço público, aos equipamentos públicos, mas, ao mesmo tempo, sem colocar em risco a sobrevivência das futuras gerações, assim como deve colocar na pauta a qualidade de vida das pessoas da periferia, que não têm a mesma qualidade de vida de quem mora mais na região central.

Muito obrigado. Um abraço. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra a Sra. Hilda Neves.

**A SRA. HILDA NEVES** – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Vereador Police Neto, e em sua pessoa cumprimentar os Vereadores presentes.

Protocolamos um documento nesta audiência porque estou sentindo falta dos movimentos de moradia da Cidade Ademar. Então viemos defender as ZEIS. Nós, o MDM – Movimento pelo Direito à Moradia –, participamos de todo o debate para a aprovação do Plano Diretor, em agosto de 2014, quando os movimentos de moradia fizeram uma luta para demarcar as áreas de interesse social, as ZEIS. Mas estamos vendo que essas ZEIS não estão sendo respeitadas. Então estamos vindo aqui para demarcar o nosso território, defender as ZEIS, que é uma luta histórica dos movimentos de moradia. Não vamos, de forma alguma, deixar de fiscalizar cada uma delas.

Também viemos para pedir a alteração de zoneamento em uma área onde estamos fazendo um grande projeto de moradia, porque o povo precisa ter onde morar. É preciso que se entenda que o povo precisa de moradia, saúde, parque, enfim, precisa de tudo. A questão não é ficar com politicagem, vamos trabalhar pela população. E precisamos nos unir para trabalhar pela nossa região.

Vimos também pedir a alteração desse terreno na Av. Yervante, 2.100, atual ZEIS1, para ZEIS 2, para possibilitar que façamos mais unidades habitacionais.

Somo radicalmente contra o PL 157 do Executivo, em tramitação na Câmara

Municipal, que permite a construção de empreendimentos de alto padrão nas ZEIS.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Foi aprovado na quinta-feira. Teve o meu voto contrário, mas já foi aprovado.

**A SRA. HILDA NEVES** – Infelizmente a população não fica sabendo. Esse projeto de lei permite que as grandes construtoras e incorporadoras construam nas ZEIS. Então, em vez de ficarmos discutindo, brigando, temos de começar a nos unir para ver esse tipo de projeto aprovado contra o povo, contra os movimentos que fizeram toda uma luta para garantias as ZEIS. E hoje tivemos a aprovação de um projeto que vai prejudicar toda uma luta que os movimentos de moradia fizeram para demarcar as ZEIS como zonas restritas para moradia de interesse social. É lamentável.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra a Sra. Vera Lúcia Alves Gonçalves.

**A SRA. VERA LÚCIA ALVES GONÇALVES** – Boa tarde a todos. Vim para falar sobre a Favela do Parque Doroteia.

Eu vivo lutando para poder ter a encanação de uma córrego aí, que a Sabesp fez esgoto, nós pagamos luz, água, esgoto e a Prefeitura não quer nem saber. Fui lá, conversar lá na Prefeitura, ligo lá e eles não querem nem saber. Se for para tirar, tira. Mandem carta, façam alguma coisa, avisem o pessoal, que é muita gente. Agora onde eles vão pôr esse pessoal? Por que não organizam o negócio para o pessoal? Organizem, façam esgoto. O pessoal paga. Ou então meçam o terreno, façam alguma coisa. As pessoas têm de ver o lado do pobre também, porque hoje pagamos tudo – conta de luz cara, água cara, esgoto. O pessoal não está vendo o lado do pobre. Onde eu moro tem esgoto, passaram esgoto, a Sabesp passou esgoto, e nós pagamos. A gente paga, mas a Prefeitura não vai fiscalizar. Eu ligo, chamando um fiscal lá para ver, e o fiscal nem lá vai para conversar com a gente. Precisamos de atendimento das pessoas que entendem. Estamos jogados. Agora, na hora do voto: “Deixe eu pregar um papel aqui”; “Deixa eu fazer isso”; “Eu preciso de você”. Então eles precisam ver o



lado do pobre, porque sem o pobre eles não vivem, eles precisam dos nossos votos. Na Prefeitura falei até em eleição. Só que eles precisam de nós, e nós não vamos querer votar. A Dilma, vou falar, nossa, Jesus, só Deus na nossa vida. Agora não querer deixar fazer igreja. Como que o bairro vai viver sem uma igreja? Nós precisamos de uma igreja. Lá na igreja tem as crianças que fazem alguma coisa. Vai deixar a criança na rua, para virar bandido? O padre junta as crianças, faz alguma coisa com as crianças. O rico tem que olhar para o lado do povo, porque sem o pobre o rico não vive.

Obrigada. Uma boa tarde para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra a Sra. Maria José, do Jardim Novo Pantanal.

**A SRA. MARIA JOSÉ** – Boa tarde. É uma pena uma audiência tão importante para a nossa região ter tão poucas pessoas.

De antemão, quero agradecer à Mesa, também a oportunidade de estar aqui.

Meu nome é Maria José, sou representante do mandato do Vereador Alfredinho na região, e moradora há 24 anos do Jardim Novo Pantanal, e sou liderança representante de toda aquela população. Mas quero abranger um pouco mais e falar sobre todas as nossas áreas ocupadas na nossa região, principalmente na região de Pedreiras, no Distrito de Pedreiras, pois a maior parte das áreas ocupadas no distrito de Cidade Ademar está dentro do Distrito de Pedreiras. São áreas totalmente irregulares. Moramos e convivemos lá não por escolha, por opção, mas por necessidade. Todas essas famílias que hoje ocupam essas comunidades fazem isso por necessidade, e as ZEIS são importantes. A minha região está dentro da ZEIS 1.

É importante que se fale na linguagem da população, para que a população entenda o que são as ZEIS, o que elas de fato trazem para a população, para as comunidades que vão ser contempladas.

Eu não sou uma pessoa leiga, eu sou uma pessoa estudada, formada, porém eu

não entendo também essas letrinhas. Por isso, vejo a necessidade que se explique isso para a população.

Gostaria que as ZEIS não ficassem nisso, mas que fossem adiante, que essas áreas fossem regularizadas, dando condições dignas para que essas pessoas morem lá.

Vim também para falar sobre uma outra coisa, e quem mora no fundão do Distrito de Pedreira sabe o que vou falar aqui: quem necessita da Estrada do Alvarenga para se locomover enfrenta um transtorno. É uma vergonha. Srs. Vereadores, não sei se o que precisamos é uma duplicação, um melhoramento, mas alguma coisa tem de ser feita. Eu defendo a duplicação da Estrada do Alvarenga. Saio da Unisa às 22h40 da noite, chego à minha casa muitas vezes meia noite, meia noite e meia, porque eu venho de lá, do início do Alvarenga a pé, até o Mercado Pedreira, para pegar uma condução.

É um desabafo, mas sobre coisas extremamente importantes.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – O Sr. Elmo Rodrigues Pereira.

**O SR. ELMO RODRIGUES PEREIRA** – Espero que os Vereadores trabalhem, só isso. Depositei o meu voto para o Tatto. Acho que eles têm que parar com essa brigalhada do PMDB, PSDB e o PT, colocar a mão na massa e trabalhar. Está acontecendo uma especulação imobiliária, vocês sabem. Estão espantando todo mundo para o fim de São Paulo, sendo que podemos fazer muitas coisas aqui com eles mesmos. Por exemplo, para cada torre erguida, eles cuidarem de um CDM; para cada torre erguida, colocar uma creche; para cada torre erguida, colocar um posto policial, escola técnica. Aqui, em Cidade Ademar, nós não temos nada, não temos biblioteca. Vejam como é espantoso: não tem um espaço de cultura. Se você for à zona Norte, à zona Leste, estão lotados de centros culturais, escolas de samba, CEUs. E nós, quantos CEUs temos aqui? Quantos? Dois? É um absurdo.

Eu moro na Vila Catarina, Cidade Ademar, há 50 anos, sou envolvido com futebol, e você não vê um projeto, a não ser, que é muito bom, o Jogos da Cidade, e mesmo assim

jogado às traças.

Para cada torre erguida a obrigação de vocês é cobrar dessas empresas que trate melhor da Cidade. Estamos na sexta cidade do mundo, e não tem saneamento básico. É um absurdo, gente. Tuberculose estava extinta, e voltou porque não tem saneamento básico.

Aqui somos privilegiados, porque tem uns dez hospitais em volta. Só que o que adianta? Para cada torre sai 50, 30 carros e você não consegue chegar ao hospital. E isso é um problema de vocês, porque nós depositamos o voto em vocês. Eu, principalmente, no Tatto. O Sr. Matarazzo já foi secretário de um monte de coisa. Fez o seu trabalho, mas poderia fazer muito mais. E todos vocês podem fazer muito mais pela cidade, porque estão fazendo muito pouco. E quero saber o que vocês vão fazer com as nossas crianças, que a cada dia perdemos para o tráfico?

Cheguei numa escola na Cidade Ademar, e o único projeto para a sociedade que o PSDB fez Escola da Família. Prestava. Mas aí começou a ter um monte de gente ingressando na faculdade, porque o projeto faz com que quem trabalha nele tenha a faculdade paga. O projeto era maravilhoso, mas acabaram com o único projeto que era social e era muito bom.

Outra coisa: antigamente, quando eu estudava, tinham campeonatos intermunicipais. Acabaram com tudo, e vamos continuar perdendo para o tráfico por culpa de vocês, que não fazem projetos decentes para nós.

Sinto muito, mas quero um projeto concreto para cada empresa construtora. Que eles adotem alguma coisa. Para, meu, vamos trabalhar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra a Sra. Ariane de Souza Prado.

**A SRA. ARIANE DE SOUZA PRADO** – Boa tarde a todos. Meu nome é Ariane Prado, sou professora de educação física. Vim em defesa dos pais do Parque dos Búfalos.

Muitas pessoas já falaram da questão ambiental, mas eu gostaria de falar para os Srs. Vereadores sobre a saúde e a qualidade de vida que essa área tem para a população em

volta.

A atividade física, como vocês sabem, vem crescendo bastante nos últimos dias. Quem pratica atividade física aqui, caminhada, corrida? Podemos ver que geralmente são pessoas mais idosas. Daqui a 20 anos vamos ter mais de 50% da nossa população idosa. E são esses idosos que praticam a caminhada e a corrida, que têm benefícios espetaculares, não só físicos como descarga hormonal, mas também na questão psicológica e que combate a depressão também.

Então nesse parque, por exemplo, em 98, tínhamos mil assessorias de corrida e caminhada. Agora, há uns 15 anos, temos cem mil. Estou pondo a corrida como exemplo, fora as outras atividades físicas. No Ibirapuera não dá para caminhar e correr mais, porque é superlotada aquela área. No Parque dos Búfalos há uma área muito maior, que dá para fazer muito mais coisas do que no Ibirapuera, como atividade física, academia, até a questão cultural que o Aurélio citou. Dá para fazer muitas coisas, inclusive, recuperação de preservação do meio ambiente. Até a questão das drogas que o rapaz que me antecedeu falou.

Gostaria de dizer que o meu pai, por exemplo, foi queimado. Ele é morador de rua e essa notícia saiu no *Diário do Grande ABC*, na semana passada, domingo, na Praça Piraporinha. Outro morador de rua o queimou enquanto ele dormia no banco da praça. Minha mãe é separada dele desde quando eu tinha dois anos de idade. Ela criou sozinha a mim e a meu irmão. Eu consegui fazer a faculdade pelo Prouni, participo de movimentos populares, me formei em Educação Física, luto pela saúde e qualidade de vida da população brasileira.

Descobri o Parque dos Búfalos, aceitei a causa ambiental que esse parque tem e vou dizer mais, minha mãe até hoje mora de aluguel. Não participamos de nenhum Programa Minha Casa Minha Vida porque não fomos atrás, mas abro mão do meu direito de casa e de moradia pelo Parque dos Búfalos, para as pessoas caminharem e correrem. Se vocês entrarem na página da internet vão ver fotos de um céu azul que não se vê mais facilmente por aí. E temos isso bem próximo de nós.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Edgar Tenório Filho da Silva.

**O SR. EDGAR TENÓRIO FILHO DA SILVA** – Boa tarde a todos, Srs. Vereadores, Mesa, sou morador do bairro há 43 anos. Sabemos das dificuldades do bairro. Vi algumas pessoas se dirigindo ao Vereador Tatto e gostaria de falar que a culpa não é do Vereador Tatto, porque o problema que vem ocorrendo na cidade de São Paulo, principalmente na nossa região, já é um problema crônico que vem se arrastando por longos anos.

Aproveitando a oportunidade que os Vereadores estão aqui para dizer que o que pedimos é respeito pela população que já está cansada. É uma população que quer morar, quer lazer e cultura. Trabalhamos na área de transportes e temos uma garagem próxima daqui e sofremos dificuldades. Carregamos, por mês, nove milhões de pessoas, então a responsabilidade que temos é muito grande, por isso pedimos o empenho dos senhores.

Aqui do lado foi invadida uma área por pessoas de boa fé, que querem morar, mas construíram de qualquer forma, sem a mínima infraestrutura e, às vezes, é como se isso passasse despercebido. Cria-se um problema muito maior para depois vocês terem de destrinchar e resolver. E se tratassem a população com dignidade, houvesse um planejamento de moradia, porque como já foi falado aqui, há espaços em estruturas já prontas. Estamos no Brasil e temos de olhar para a população – desculpem falar - e parar de pensar no bolso de alguns, porque há muita coisa pronta. Não precisaria gastar milhões e nem bilhões, pouca coisa daria para alocar muita gente que está aí em situação precária, sofrendo.

Falam de revitalização do Centro da Cidade, o que se faz – como falou um Vereador aqui – com uma estrutura já pronta, com esgoto, com água, com tudo? Também há vários terrenos aqui, só que a população não pode viver de projetos para daqui a 10 anos. A população precisa para agora, não dá para esperar um, dois, três anos. Pedimos urgência. Deviam eleger pessoas que realmente se preocupassem com pessoas que, às vezes, não têm

onde morar. Com espaços que temos ao nosso lado e que dariam para construir e também lugares que já estão prontos.

Trabalhamos com as dificuldades que temos de transportar. Por exemplo, aqui no Alvarenga, as pessoas chegam atrasadas ao trabalho, escola. Não dá mais para aguentar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado. Antes de passar a palavra ao Relator, informo que teremos audiência pública, segunda-feira, na Câmara Municipal de São Paulo, 8º andar, das 19h às 22h, que vai tratar só de habitação popular, ZEIS. Então os movimentos populares devem comparecer para defender seus posicionamentos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Quero dizer que há duas diferenças que precisam ficar claras. Uma é o Executivo, que é o Prefeito, os subprefeitos e os secretários. Outra é o Parlamento, a Câmara Municipal de São Paulo. Vejo que na Câmara cada Vereador tem cumprido o seu dever.

Sou autor de um projeto e convidei os Vereadores Vavá, Pastor Edemilson e o Marquito para assinarem junto, sobre o ônibus noturno. A Prefeitura sancionou, acatou e já há cento e tantas linhas funcionando. Só estou dando esse exemplo para que saibam.

Sou de comunidade, estou no sexto mandato na Câmara Municipal e todos os Vereadores trabalham. Nós fazemos a nossa parte. Nós sacudimos, brigamos, falamos mal, esperneamos e usamos a tribuna e as coisas não andam. Também temos limites. Então cada um cumpre o seu dever, sou testemunha disso e tenho orgulho de ser Vereador por São Paulo, com ética, conduta, cabeça erguida e cumprindo meu dever.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente é composta por sete Vereadores indicados pelos 55, eu como Presidente e o Vereador Paulo Frange como Relator da Comissão. Sabemos da nossa responsabilidade. Poderíamos ter feito apenas dez audiências públicas e apresentado um projeto para os Srs. Vereadores. Não. Resolvemos

fazer, no mínimo, 46 audiências públicas. E vai passar de 50. E se precisar fazer 60, 70, nós faremos. Não há problema.

Estou aqui com o meu Líder do PSDB, Vereador Andrea Matarazzo, e também a minha Bancada me indicou para ser membro da Comissão e conseqüentemente o Presidente. A responsabilidade não é só minha. Tenho a responsabilidade com todos aqueles que também me indicaram para Presidente. É dentro dessa linha que conduzimos a coisa.

Estamos aqui para ouvi-los e vamos fazer encaminhamentos de tudo o que foi falado. Agora, o essencial para nós em termos de audiência é a Lei do Zoneamento. Se forem precisas explicações principalmente sobre ZEIS, segunda-feira nós vamos tratar de assunto, que serão as temáticas. Já fizemos sobre licenciamento, fiscalização e agora vamos fazer sobre moradia popular. E leve quem vocês quiserem, segunda-feira vai lotar. Vai dar mais de 800 pessoas na Câmara Municipal. É isso que queremos.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Vereador Paulo Frange, para suas considerações.

**O SR. PAULO FRANGE** – Vamos apenas deixar algumas situações claras. Estamos numa fase ainda bem inicial da Lei de Zoneamento tratada na Comissão de Política Urbana, que é a fase das audiências públicas. A audiência pública geral já aconteceu e agora teremos as audiências temáticas, às segundas-feiras, na Câmara. Segunda-feira haverá audiência temática sobre Zonas Especiais de Interesse Social. Os movimentos de moradia deverão estar todos lá.

Depois desse pedaço de férias de julho, embora vamos continuar lá para atender aos pedidos que estiverem surgindo ou trabalhando na Comissão, suspendemos até o início de agosto, porque todo esse cronograma foi protocolado junto ao Ministério Público e há uma situação que já aconteceu antes, em julho as pessoas estão de férias, nem sempre todos participam e dá impressão de que não estamos querendo fazer as audiências. Por isso, suspendemos e vamos retornar em agosto, mas na Câmara vamos continuar com as portas abertas porque esse é um trabalho bastante difícil.

O que está protocolado termina até dezembro. Ou seja, deveríamos estar com tudo pronto para votar até dezembro, porque isso muitas vezes traz a impressão de pressa. Não. Temos de apresentar uma agenda para a sociedade e para o Ministério Público. Portanto, esta foi aprovada na Comissão de Política Urbana e o documento original está nos acompanhando nas audiências, o Procurador está conosco e protocolamos também no Ministério Público, para que todos tenham ciência e segurança de que dentro do que construímos de agenda é possível atender a expectativa de ampla participação da sociedade.

Se chegarmos a dezembro e sentirmos que não tem jeito e isso não aconteceu, nós podemos mudar tudo isso e até mudar de ano. Se mudar de ano vamos ter o mesmo discurso que vimos aqui. No ano que vem se voltarmos em março ou abril, vamos voltar porque é ano de campanha. Aí nada acontece no ano que vem inteiro porque é ano de campanha. Não podemos misturar esse projeto nem com campanha, nem com política, nem com partido.

Esse projeto é da sociedade e está aberto no site da Câmara desde o dia em que chegou: [www.camara.sp.gov.br/zoneamento](http://www.camara.sp.gov.br/zoneamento). Entrem lá e vão ver uma bandeirinha que está indicando a Lei de Zoneamento. É só clicar e vem toda a lei, os mapas e os quadros de toda a Lei de Zoneamento. Tudo o que vocês falaram aqui, podem entrar no site e escrever o que quiserem, vão receber um protocolo eletrônico da mesma forma que receberam aqui. Isso traz segurança.

Por que mudamos o sistema e passamos a ter o protocolo eletrônico? Para que vocês levem o número e possam acompanhar na internet, ver o que falaram e o que tem. Porque traz mais segurança. As pessoas tinham a impressão de que falavam e não eram ouvidas. Algumas pessoas anotavam e depois levavam para ouvir, passar para o papel, depois passar para uma planilha e daí chegar às mãos da relatoria. Agora não, já está tudo conosco. Portanto, amanhã pela manhã, tenho cada uma das manifestações de vocês e o que cada um pediu.

Ou seja, deixa de existir aquela insegurança. É só para deixá-los tranquilos, porque



esse trabalho está sendo feito com muito empenho e esperamos que o que está acontecendo aqui hoje é o que deveria estar acontecendo. Isto é, não é um trabalho da Comissão de Política Urbana. É responsabilidade da Comissão conduzir sem erro algum. Mas, vejam, estão aqui os nobres Vereadores Ricardo Nunes, José Police Neto, Jair Tatto, Jonas Camisa Nova, Andrea Matarazzo. Portanto, todas as pessoas que têm, hoje, cargo na Câmara e ocupam espaço em suas comissões, estão participando da Comissão de Política Urbana.

Foi colocada uma situação que envolve a questão dos templos religiosos. Devo dizer que essa questão será tratada com muita responsabilidade. Hoje, ainda estamos na lei de 2004. Portanto, todas as situações de implantação de qualquer atividade não residencial estão vinculadas à largura da rua. Ela é via local, é via coletora ou é via estrutural. Isso acaba, depois de aprovada essa lei. A Lei de Zoneamento fica muito clara acompanhando orientação do Plano Diretor Estratégico e é por isso que tem de estar linkada com as diretrizes do que aprovamos no ano passado. Não temos mais a figura da largura da rua. O uso é não residencial e ele não pode impactar na região – menor, médio ou maior impacto. É a partir dessa informação que a atividade poderá ou não ser permitida em cada uma das regiões.

No caso dos templos religiosos, será tratado como matéria específica, não como lei específica. Aqui, ouvimos as críticas e até entendemos. É muito difícil sim, compreender todas as letrinhas. Mas, vejam bem de onde estamos saindo. Estamos saindo de uma lei de zoneamento que tinha um caderno de zoneamento e 31 cadernos de zoneamento da Cidade. Cada região era uma cidade e uma não falava com a outra. Darei um exemplo. *Show room* só podia existir em Pinheiros. Aqui não. Nesta Lei de Zoneamento ficou o mesmo conceito para a Cidade inteira. Portanto, as letrinhas diminuíram demais. Temos, hoje, que achar aqui 18 zonas, na verdade. São 18 situações aqui e com elas vocês, praticamente, entendem todo o plano, toda a Lei de Zoneamento. É lógico que ela tem classificações: Zona Residencial 1 e 2, Zona Residencial Ambiental, mas vocês, naturalmente, aprendem classificação rapidamente entendendo esses conceitos.

Então, não há mais conceito de zoneamento para rico e para pobre. A Lei de Zoneamento vale para a Cidade inteira e não há mais bairro mais rico e bairro mais pobre.

Outra crítica importante que foi colocada diz respeito à indústria da construção civil, no sentido de que o pessoal só quer ganhar, então tínhamos de cobrar algo de volta. Pois é, já está na lei. Foi criada a Cota Solidariedade: acima de 20 mil metros quadrados construídos, tem de destinar 10% dessa área, 2 mil, para habitação de interesse social, ou no próprio empreendimento, ou no entorno, ou isso tem de ser avaliado em dinheiro e depositado no Fundurp. O que é Fundurp? É o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Município. Que dinheiro vai para lá? Vai o dinheiro da outorga, quando alguém constrói mais do que deveria, e vai, agora, essa cota solidariedade também, se não tiver o terreno para poder construir para a população de baixa renda. Esse dinheiro só pode ser usado para três situações: infraestrutura urbana, mobilidade e para comprar terreno para habitação de interesse social ou para construir.

Portanto, já há dinheiro vinculado para, preferencialmente, construir as chamadas ZEISs 3. Então, um resumo de um minuto: ZEIS 1 – área usada irregularmente, condomínio irregular, áreas de invasões; ZEIS 2 – terreno vazio; ZEIS 3 – prédio abandonado, vazio, antigos galpões abandonados, prédios em deterioração; ZEIS 4 – é aquilo que está lá na área que era ambiental ou uma área muito sensível, muito próxima de áreas ambientais e que precisam ser protegidas. A diferença é que ali só pode usar 50% de ocupação do solo e entra como ZEIS 4. E a ZEIS 5 é uma característica diferente, que atende mais a um outro mercado. Até a ZEIS 4, todos são obrigados a construir habitação de interesse social para renda de até três salários mínimos, 60% das unidades; 40% até seis salários mínimos. Todos têm de construir para a população de baixa renda. Na ZEIS 5, no mínimo 40% tem de ser para três salários mínimos ou até seis, e fica um percentual do restante para 20% comercial e o restante para HMP, para a população que ganha até 10 salários mínimos, que também estava excluída do processo.

Então, só nós temos a ZEIS 5, que foi criada para isso. Portanto, esses 20% do comercial ficam no solo, como fachada ativa, permitindo que as pessoas possam morar nesse prédio, de três até 10 salários mínimos, e ainda usar o trabalho ou comprar no próprio espaço da ZEIS 5. Essas áreas, geralmente, estão próximas às áreas com densidade demográfica alta e próximas aos eixos mais estruturados de transporte público, porque elas trazem uma população maior e com maior capacidade econômica. Portanto, essa é uma ZEIS chamada de ZEIS de Mercado. Isso é muito importante saber, porque tudo faz parte da realidade. É isso que vamos evoluir e tratar.

Por fim, a discussão do que estamos ouvindo aqui hoje, as manifestações de vocês com relação aos parques e tudo, o papel da audiência pública é ouvir vocês. Vamos ouvir mesmo e, depois, também teremos uma audiência pública na Câmara, em agosto, muito importante, em que o assunto ZEPAM será discutido. Ela é temática e estará todo o Executivo lá. A participação de vocês também será importante. Então, há os movimentos de moradia que vão às reuniões de ZEIS, mas que também será muito importante participarem da reunião temática que tratará, dentre outras, a situação da ZEPAM.

No mais, agradeço muito a presença de vocês e a toda a estrutura que assessora a Comissão de Política Urbana nesse caminho: desde a Imprensa, a Guarda Civil, o pessoal da Câmara Municipal, a Procuradoria, o Executivo. Também deixo um registro aos Srs. Vereadores que dedicam os seus sábados a essa atividade, assim como as quintas à noite e as segundas-feiras. Essa é uma atividade muito importante, porque é aqui que aprendemos muito. Não tenham medo de perguntar. A Imprensa só começou a publicar algo recentemente porque os seus integrantes estão estudando muito e estão procurando muito os Vereadores da Casa a fim de tentarem entender o que é uma coisa e o que é outra. Eles insistentemente estão lá. Então, não são só vocês que têm dificuldade. Nós também temos, porque estamos aprendendo juntos e a Imprensa também. Não é um assunto tão fácil, mas também não é impossível de aprender.

Muito obrigado e uma boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Estão encerrados os nossos trabalhos.